

O PATO LÓGICO

Edição de Maio-Junho/25 (V)

Jornal dos estudantes de Medicina da Unicamp

Organizado pelo CAAL - Gestão Amélia Flor

GREVE DA MEDICINA E A LUTA CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DO HES



Após greve histórica da medicina e paralisação geral da Universidade no dia 18/06, com 26 cursos parados em defesa do Hospital Estadual de Sumaré, Funcamp é a única inscrita no chamamento público e a pressão dos estudantes garante mais 5 anos da Unicamp na gestão do hospital! Mesmo com a Funcamp como gestão as portas para a privatização continuam entreabertas já que administrará o hospital como uma Organização Social de Saúde, correndo o risco que ela leve a cabo todas as medidas prejudiciais aos pacientes e trabalhadores que outras OSS aplicam. Só é possível impedir com a contínua atenção e mobilização dos estudantes, professores e trabalhadores. Precisamos de soluções definitivas!

O QUE MAIS TEM POR AQUI?

- Greve da medicina e a luta contra a privatização do HES - 2
- Dia Internacional dos Trabalhadores - pág. 4
- ENAMED - pág. 5
- Programa Formativo Intercultural - pág. 6
- Pesquisa sobre saúde mental dos estudantes - pág. 6
- CONUNE - pág. 7
- CFM ataca pessoas trans - pág. 9
- Gagacabana - pág. 10
- Conclave - pág. 11
- Acervo histórico - pág. 12



GREVE DA MEDICINA E A LUTA CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DO HES



Paralisação dos estudantes de saúde em 11/03/2025

Considerado o melhor hospital público do Brasil, o Hospital Estadual de Sumaré (HES), referência para mais de 1 milhão de habitantes, é gerido pela Unicamp há 25 anos. Mesmo com uma gestão da Unicamp bem sucedida e com a população contra a privatização, em 2025 o governo de Tarcísio decidiu abrir a porteira para o sucateamento do hospital.

A proposta foi passar a gestão para um modelo de Organizações Sociais de Saúde (OSS), abrindo um edital para empresas privadas concorrerem com a Unicamp. Indo contra os interesses da população (evidenciado no abaixo-assinado com mais de 3000 assinaturas, nas audiências públicas lotadas em Campinas e em Sumaré, nas manifestações nas ruas e na paralisação dos estudantes da saúde em março), Tarcísio escolheu apostar em um modelo de gestão falido que só tem resultado em sucateamento onde quer que ele seja implantado.

Em todo país se espalha o modelo de entregar hospitais, UPAs e UBS para as OSS, entidades privadas que atentam contra a transparência, eficácia e caráter público do SUS. Na prática, as OSS, apesar de alegarem não terem fins lucrativos, atuam sugando recursos públicos e sempre que podem optam por decisões que prejudicam pacientes e trabalhadores, cortando gastos, diminuindo quadro de funcionários, terceirizando serviços, etc.

Não faltam denúncias de descaso das OSS. Em Irajá-RJ, por exemplo, os trabalhadores terceirizados da limpeza do Hospital Municipal Francisco da Silva Telles relataram falta de acesso a EPIs básicos, sendo obrigados a assinar a folha de recebimento dos equipamentos de proteção sem os receber e levando materiais de limpeza da própria casa para poder fazer seu trabalho. Esses mesmos trabalhadores ficaram mais de 2 meses sem receber seus salários, que só foram pagos após entrarem em greve.

Assim, diante do ataque ao hospital, os estudantes da medicina, desde o ano passado,

não abaixaram a cabeça para o governo e se organizaram para defender o Estadual de Sumaré. Pressionada, a Faculdade de Ciências Médicas também se organizou para defender a parceria entre HES e Unicamp por meio da concorrência da Funcamp no chamamento público, mas isso não era de forma alguma suficiente para os estudantes.

Diante do mar de incertezas e do risco da privatização, os estudantes decidiram que a greve era o caminho para a luta pela manutenção do convênio entre HES-Unicamp e revogação do chamamento público. Assim, no dia nove de junho, após grandes assembleias, começou a greve da medicina contra a privatização do HES.



Ato em frente à Secretaria Estadual de Saúde em SP

Na primeira semana de greve, a diretoria da FCM prestou esclarecimentos aos estudantes sobre as suas negociações com a Secretaria de Saúde, coisa que até então não tinha se dignado a fazer. Ao longo da semana os estudantes fizeram atividades de revitalização de seus espaços de convivência e realizaram novas assembleias com quase 400 estudantes para debater os rumos da greve e suas reivindicações de permanência estudantil.

Na segunda semana, os estudantes saíram em ato por três dias seguidos. Estivemos em frente ao Hospital Estadual de Sumaré durante a troca de turno dos trabalhadores e em seguida no centro de Campinas, fechando algumas das maiores avenidas da cidade. Já na universidade, o clima se aquecia cada vez mais. Após uma assembleia geral puxada pelo DCE da Unicamp, 26 cursos chamaram suas próprias assembleias e decidiram por paralisar no dia 18/06, data do último ato da semana, em que os estudantes iriam para São Paulo cobrar diretamente o governo na porta da Secretaria Estadual de Saúde.

Assim, no dia 18/06 a Unicamp amanheceu paralisada, com o curso de medicina em greve, 26 cursos paralisados e três ônibus cheios de estudantes prontos para embarcar

para São Paulo. O ato em frente a Secretaria de Saúde foi enorme, com os estudantes ocupando uma das avenidas mais movimentadas de São Paulo, e com todos os presentes convencidos de que pela luta era possível barrar a privatização. Mais uma vez os estudantes deram aula de como deveria ser conduzido o SUS e mais uma vez o governo foi covarde e não se apresentou para dialogar.

Com a pressão da greve e da opinião pública, a Funcamp foi a única empresa que teve coragem de se inscrever no chamamento público. Assim, a mobilização dos estudantes garantiu mais 5 anos da Unicamp na gestão do hospital! Uma vitória para os estudantes, trabalhadores e toda a população da Região Metropolitana de Campinas!

No entanto, mesmo com a Funcamp encaminhada como gestão, o chamamento continua e as portas para a privatização continuam entreabertas. O contrato não é mais um convênio e a Funcamp administrará o hospital como uma Organização Social de Saúde, correndo o risco que ela leve a cabo todas as medidas prejudiciais aos pacientes e trabalhadores que outras OSS aplicam. Assim, só é possível impedir que isso escalone para uma privatização definitiva com a contínua atenção e mobilização dos estudantes, professores e trabalhadores.

A luta deve continuar e não podemos nos dar por satisfeitos. A greve comprovou que quem luta, conquista, e não é possível confiar nas instituições para impedir a retirada dos nossos direitos! Precisamos de soluções definitivas e não tapa buracos com prazo de validade. Pelo convênio HES-Unicamp sob administração da Universidade, o HES é hospital escola!



1º de Maio, Dia Internacional dos Trabalhadores

Em 1º de maio de 1886, operários de Chicago, em greve pela jornada diária de 8 horas, foram brutalmente reprimidos pela polícia, com dezenas de trabalhadores sendo mortos e feridos. Esse dia ficou para a história como o primeiro dia Internacional dos Trabalhadores e até hoje milhões vão às ruas todos os anos para lutar contra a exploração e por melhores condições de trabalho.

Naquela época, trabalhadoras e trabalhadores eram submetidos a jornadas de 12, 14 ou 16 horas diárias. Crianças eram obrigadas a trabalhar em certas indústrias a partir de 6 ou 7 anos de idade. As mulheres recebiam um salário muito menor que os homens e não havia qualquer tipo de direito à maternidade. No Brasil, ainda estava em vigor o regime escravista, que foi base para formação e consolidação do capitalismo no nosso país e no mundo, sendo o racismo essencial até hoje para a manutenção da exploração.

Assim, o 1º de maio vem anualmente para honrar e retomar as lutas históricas da classe trabalhadora e do povo brasileiro. Desde a resistência dos povos indígenas, a luta dos quilombos e as greves de escravos de ganho até a luta pelo fim da escala 6x1 nos dias de hoje!

A luta pela valorização salarial e redução da jornada de trabalho são mais presentes do que nunca. Na área da saúde, vemos o avanço da terceirização e da privatização e, junto delas, uma precarização brutal das condições de trabalho, que afeta não só os profissionais, mas toda a população por eles atendida.

Em resposta a isso, os trabalhadores têm se organizado e se revoltado. Vimos isso nas grandes greves que conquistaram o piso salarial da enfermagem, na greve dos operários da Pepsico que conquistou mais dias de folga e nas crescentes manifestações pelo fim da escala 6x1.

Assim como no início do século 20, em que grandes greves arrancaram muitos dos direitos que temos hoje, somente a luta vai poder garantir nossas conquistas.

-REDAÇÃO JORNAL PATOLÓGICO

CARTEIRINHA ESTUDANTIL 2025

Garantir a meia-entrada ficou ainda mais fácil!

Se liga no passo-a-passo:

1. Preencha seus dados e entregue a ficha para um diretor nas banquinhas do CAAL ou via site oficial!
2. Envie sua foto 3x4, atestado de matrícula e comprovante de pagamento! Com a carteirinha do CAAL você tem direito a descontos de 50% em jogos, teatros, shows, além de financiar a luta em defesa da educação e da saúde!

Contribua com as lutas!

O valor mínimo da carteirinha que garante os direitos conquistados pelos estudantes é de R\$25, contribuições acima desse valor apoiam o funcionamento do CAAL e a continuidade das lutas! Garanta já a sua no link disponível na bio do @caalunicamp no instagram ou presencialmente nas nossas banquinhas.

* Válida em todo o Brasil até março do ano seguinte



Enamed: novo exame unifica a avaliação de formandos em Medicina e o acesso à residência

Em 23 de abril de 2025, o Ministério da Educação (MEC) lançou o Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (Enamed), conduzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em colaboração com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). A prova busca unificar o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) para estudantes de Medicina e a prova objetiva do Exame Nacional de Residência (Enare) para programas de acesso direto.

Entre os objetivos do exame estão: avaliar a formação médica, fornecer subsídios para a melhoria dos cursos de medicina, otimizar e democratizar o acesso à residência médica e garantir que os graduandos estejam preparados para atuar no Sistema Único de Saúde (SUS). O Enamed será realizado anualmente, a partir deste ano, e será obrigatório para a obtenção do diploma por todos os concluintes de Medicina.

Com isso, o Enade – exame trienal aplicado a formandos de todos os cursos de graduação para avaliar a qualidade das instituições – deixará de ser realizado por estudantes de Medicina. A avaliação do curso passará a ser feita anualmente, por meio do Enamed. Além disso, a prova objetiva do Enare – processo seletivo unificado para ingresso na residência médica –, no caso dos programas de acesso direto, será substituída pelo Enamed. Já o Exame de Revalidação de Diplomas Médicos (Revalida) seguirá obrigatório para médicos com diplomas estrangeiros que desejam atuar no Brasil.

O Enamed será composto por 100 questões objetivas de múltipla escolha e será dividido em sete áreas – Clínica Médica, Cirurgia Geral, Ginecologia e Obstetrícia, Pediatria, Medicina de Família e Comunidade, Saúde Mental e Saúde Coletiva – e não contará com provas práticas. A avaliação teórica será a única etapa do Enare para programas de acesso direto, que não inclui mais a Análise Curricular.

A inscrição dos estudantes que concluirão a graduação em 2025 será realizada pelas próprias instituições de ensino, entre maio e junho. Já os médicos formados que desejarem concorrer às vagas de acesso direto do Enare deverão se inscrever para ambas as provas em julho de 2025. Todos os candidatos que pretendem utilizar a nota do Enamed no Enare precisarão pagar uma taxa de inscrição ou solicitar isenção. Esta medida surge como uma resposta do MEC ao crescimento acelerado do número de cursos de Medicina no país e à consequente precarização da formação médica. Diante do cenário atual, é inegável a necessidade de mecanismos que promovam a melhoria da qualidade do ensino de Medicina. No entanto, cabe questionar qual será o real impacto de uma avaliação única e exclusivamente teórica no efetivo aprimoramento dos cursos de Medicina.

-BIA MORETTI, TURMA LIX

Programa Formativo Intercultural

Programa Formativo Intercultural para Ingressantes pelo Vestibular Indígena (ProFIIVI) é uma iniciativa da Unicamp que visa acolher e preparar estudantes indígenas recém-ingressos na universidade. Com duração de um ano em período integral, o programa tem como foco a interculturalidade, promovendo o diálogo entre os saberes acadêmicos e os conhecimentos tradicionais indígenas. Essa proposta pedagógica busca garantir que os estudantes não apenas se adaptem ao ambiente universitário, mas também contribuam para transformá-lo com suas vivências e perspectivas.

O currículo do ProFIIVI é composto por disciplinas que abordam desde práticas de leitura e escrita acadêmica até oficinas de inclusão digital e autorregulação da aprendizagem. Também inclui componentes que valorizam os saberes indígenas, como Epistemologias Interculturais e Encontros Interculturais, que promovem o reconhecimento da diversidade étnica e criam espaços de escuta ativa. As disciplinas são ministradas por docentes da universidade e por mestres de saberes tradicionais, fortalecendo o compromisso com a formação plural e inclusiva.

Para permanecer no programa, o/a estudante deve manter matrícula e aprovação por nota e frequência nas disciplinas. O desligamento da universidade ocorre em caso de desistência ou reprovação em todas as matérias de um semestre. No entanto, se houver aprovação em pelo menos uma disciplina por semestre, é possível prorrogar o ProFIIVI por mais um ano.

-REDAÇÃO JORNAL PATOLÓGICO

CUIDAR DE QUEM CUIDA: estudo investiga saúde mental de estudantes de Medicina da Unicamp

Você já parou para pensar como anda sua saúde mental durante a graduação?

Um novo estudo - conduzido por um colega da nossa própria graduação, Mateus Goussain de Souza Macahiba, sob orientação do Prof. Dr. Sérgio de Lucca - quer ouvir você.

A pesquisa "Transtornos Mentais Comuns (TMC) e fatores associados em estudantes de Medicina da Unicamp" já foi enviada para o e-mail institucional de todos os alunos. Ela busca entender melhor como estamos lidando com as pressões acadêmicas, emocionais e sociais ao longo do curso.

O questionário é anônimo, leva poucos minutos para ser respondido e

vai ajudar a construir um retrato mais fiel da nossa realidade. Os dados coletados poderão fundamentar ações e políticas eficazes de cuidado com a saúde dos estudantes.

Caso ainda não tenha acessado, escaneie o QR code e participe.



Sua resposta faz diferença.

Venha para o CONUNE com o CAAL! Por uma UNE de luta!

O Congresso Nacional da União Nacional dos Estudantes (CONUNE) é o principal fórum deliberativo do movimento estudantil brasileiro. Realizado a cada dois anos, é o momento em que estudantes de todas as regiões do país, eleitos delegados em suas universidades, elegem a nova diretoria e presidência da UNE. É um momento importantíssimo para definir os rumos da maior entidade estudantil da América Latina.

Infelizmente, as últimas gestões vêm sendo marcadas pelo imobilismo, falta de compromisso com as lutas da base dos estudantes e falta de democracia nos espaços deliberativos. Assim, o CONUNE é a oportunidade de trazer a UNE de volta para a luta!

As eleições de delegados que vão representar a Unicamp e ter poder de voto devem acontecer no início de junho, mas qualquer estudante pode participar e ter voz no congresso. Então venha com o CAAL para o CONUNE nos dias 16 a 20 de junho em Goiânia! A luta contra a privatização da saúde, por mais políticas de permanência, alimentação de qualidade e aumento de bolsas devem ser lutas da UNE!

Confira o manifesto por mais democracia na UNE, assinado pelo CAAL em conjunto com o DCE da Unicamp e diversas outras entidades, antes do último Congresso Nacional de Entidades Gerais:

Por uma União Nacional dos Estudantes democrática! Manifesto dos DCEs rumo ao Conselho Nacional de Entidades Gerais da UNE

O Movimento Estudantil é uma das grandes forças de defesa da democracia no Brasil. Os arquivos de Centros Acadêmicos e Diretórios guardam registros de manifestações e lutas pelas liberdades democráticas em diversos momentos da história do país. Estudantes enfrentaram a Ditadura Militar incansavelmente, apesar da perseguição, das torturas e da criminalização das entidades. A invasão do Congresso de Ibiúna e os assassinatos de Edson Luís, Honestino Guimarães e Helenira Preta foram respondidos com mais e mais revolta pelos estudantes que nunca abandonaram suas bandeiras. No entanto, apesar dessa força histórica nas ruas, do ponto de vista do funcionamento interno da UNE, o que tem acontecido nos últimos anos é uma supressão sistemática da democracia interna da entidade. O grupo que controla a entidade (em especial, a UJS) tem adotado diversas medidas para manter uma maioria artificial nos Congressos e fóruns da UNE. Diante disso, nós, Diretórios signatários de todo país, apresentamos uma série de propostas para reconstruir a democracia da UNE e permitir que a voz e os anseios dos milhões de estudantes universitários brasileiros seja respeitada.

Nós fazemos parte da geração que acredita que a luta estudantil é dinâmica e viva e se concretiza no dia-a-dia das universidades, não somente na época do congresso.

Para isso, precisamos de uma UNE que construa a mobilização junto aos CAs e DCEs por mais verbas para a educação e contra a mercantilização do ensino; uma UNE democrática e independente aos governos, que esteja ao lado dos estudantes e tenha a rebeldia da juventude brasileira pulsando nas veias; que honre a memória de Honestino e Helenira, combativos estudantes que resistiram à ditadura empunhando a bandeira da UNE!

1) FIM DA IMPUGNAÇÃO DE CHAPAS NAS ELEIÇÕES DE DELEGADOS

- a) Critérios iguais para todas as chapas se inscreverem
- b) Regimento único para todas eleições
- c) Fim da exigência de comprovantes de todos campi de uma instituição

O principal problema da democracia da entidade, hoje, é a impugnação de centenas de chapas da oposição nas eleições de delegados ao Congresso. O que ocorre é que o setor que hoje dirige a UNE cria Diretórios Estudantis para controlar as eleições em diversas Universidades particulares, em especial nas que elegem dezenas e até centenas de delegados. Essas entidades impõem diversos critérios para a inscrição de chapa não previstos no Regimento do Congresso e só exigem o cumprimento dos critérios pela oposição.

Para se ter ideia, nas eleições para o último Congresso da UNE, uma inscrição da oposição na Estácio do Rio de Janeiro foi negada, mesmo alcançando o critério absurdo de mínimo de 800 estudantes na composição da chapa - coisa que a chapa ligada à atual direção da entidade não precisou fazer.

Essa impugnação usou como pretexto outro critério absurdo - a exigência de que a chapa tivesse ao menos 1 comprovante de cada campus da instituição, que conta com dezenas de unidades. Esse critério também não foi cumprido pela situação, que teve sua chapa garantida e pôde eleger, sozinha, mais de 200 delegados. O direito dos estudantes de conhecer todos os projetos expressos pelos coletivos para a UNE é tolhido, pela disputa ser impedida já no momento da inscrição de chapa.

Defendemos a nacionalização de um critério único de inscrição de delegados nas universidades presenciais ou semipresenciais. Propomos que todas as chapas que apresentarem no mínimo 10 estudantes inscritos possam participar das eleições e que seja vedado aos DCEs a criação de outros critérios além dos previstos no regimento geral do Congresso.

2) VOTO SECRETO NO CONGRESSO E FIM DA VIOLÊNCIA

- a) Fiscais e mesários da oposição também tenham o direito de conferir a veracidade dos documentos na retirada dos crachás e na votação.
- b) Paridade de gênero na segurança do congresso.
- c) Espaço privado para que o delegado possa votar.
- d) Participação de observadores externos.

Hoje o voto não é de fato secreto no Congresso da UNE. Todo o processo de votação é feito para constranger o delegado a votar na chapa do campo do imobilismo. As células são imensas e as urnas são divididas por “chapas” onde são direcionados os delegados de cada organização, o verdadeiro voto de cabresto a olho nu, na frente de todos. Nas urnas em que votam os delegados que foram ao Congresso com a atual direção da entidade é comum as ameaças e a coação dos estudantes que, pelos debates presenciados no encontro, cogitem votar em outra chapa. Ameaças e humilhações garantem que o estudante não tenha chance de exercer seu direito de voto democrático. O fato de que o estudante - que tem seu voto exposto para todos que estão em volta - depende da estrutura de ônibus e de alojamento desses grupos também fortalece a fraude.

Mais: todo esse processo é acompanhado por uma equipe de seguranças, homens que cumpram unicamente a função de intimidar delegados e organizações políticas que não compactuam com essas práticas.

Além disso, durante a votação na plenária final os fiscais que ficam nas urnas são impedidos de verificar o documento dos estudantes e caso insistam são agredidos pela segurança contratada pela UJS. Em todas as eleições, para que se assegure a lisura do processo, é necessário averiguar se o votante de fato está apto para participar do pleito - isso acontece nos diversos âmbitos em que são realizadas eleições. Por quê na UNE é diferente?

Propomos que observadores externos como instituições da sociedade civil, como movimentos sociais e sindicatos possam fiscalizar as eleições no congresso da UNE. Assim como a União Nacional dos Estudantes também é convidada a fiscalizar eleições, como de DCEs e até mesmo presidenciais.

3) DIREITO DOS MEMBROS DA CNECO DE PARTICIPAR DA ORGANIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO PROCESSO

a) Fim do acesso exclusivo da UJS aos crachás no transporte e armazenamento.

b) Garantia de fiscalização de todas as etapas do processo pelo conjunto da CNECO e pela oposição.

Hoje, a UJS hegemoniza o funcionamento da CNECO a tal ponto que os membros eleitos que não fazem parte desse coletivo não podem acessar o e-mail oficial e o sistema organizador do Congresso. É tudo uma grande farsa: só eles controlam e manipulam os dados e informações dos estudantes, jogando dúvidas sobre a lisura do processo. E-mails que somem, comissões da oposição que aparecem desabilitadas e alterações súbitas nas datas seriam erros do sistema ou manipulação?

Outro problema é o armazenamento e transporte dos crachás de delegados. Após emitidos, os crachás são levados ao Congresso por funcionários da UJS sem que a Oposição tenha direito de acompanhar. Quando chegam ao local do credenciamento, os membros da CNECO não têm acesso à sala dos crachás. Toda essa barbaridade é garantida pela empresa de segurança, que é contratada e orientada pelo PCdoB (UJS).

Nossa defesa é que todos os membros da CNECO tenham direito de acesso ao sistema e aos espaços de organização do Congresso da UNE, democraticamente e sem intimidação pela empresa de segurança.

Além disso, é fundamental que seja construído um site próprio pela UNE com o objetivo de publicizar todas as chapas inscritas em processos de eleições do CONUNE. O prazo de

recurso para estudantes da própria universidade será de cinco dias, contando o dia seguinte à inscrição, tendo qualquer irregularidade identificada tendo que ser comprovado no prazo de 48 horas.

Por último, propomos que haja uma expansão dos prazos do processo de eleições do Congresso da UNE, garantindo que o prazo de duplicação seja de 48 horas e o prazo de inscrição de chapa tenha, no mínimo, três dias. As datas de inscrição de chapa precisam ter um prazo de uma semana prévia de colocação no sistema.

4) FIM DAS FRAUDES NAS ELEIÇÕES DAS UNIVERSIDADES EAD

Defendemos a nacionalização de um critério único de inscrição e eleição de chapa nas universidades de ensino remoto. As eleições, nessas instituições, seriam consideradas nacionalmente e contariam com um teto de 50 delegados por instituição. Quaisquer 10 estudantes de uma universidade de ensino remoto devem poder inscrever uma chapa nacional - o modelo de eleição precisa ser consensual entre as chapas para que o processo seja validado.

Ademais, no último Congresso da UNE, presenciamos um grande escândalo no credenciamento de delegados: pessoas conhecidas que são lideranças do movimento estudantil no estado do Rio de Janeiro foram credenciadas como delegadas de uma universidade EAD do estado de Goiás! Essa é uma das tantas formas de fraudar os delegados ao Congresso. A pergunta que fica é: nessa ocasião, por sorte, a oposição identificou a fraude e recursou o credenciamento desses “delegados”, mas a UNE não deveria ter um mecanismo de combater essa prática?

5) O ESTATUTO PRECISA SER RESPEITADO!

No CONEB, a UJS chegou a apresentar uma proposta de reforma eleitoral da entidade, o que incluía a redução do tamanho do Congresso da UNE, diminuindo a proporção da eleição de delegados (1 delegado para cada 2 mil estudantes) e consequentemente a pluralidade, afetando especialmente as forças políticas menores e as universidades em que o movimento estudantil é mais organizado e consolidado. Além da também absurda proposta de eleições online, que podem abrir margens para um controle antidemocrático do processo, concentrado nas mãos das direções e reitorias das instituições de ensino ou mesmo de apenas uma força política. As eleições presenciais, além de serem uma tradição do movimento, possibilitam uma organização coletiva da disputa de ideias, garantindo a fiscalização e evitando fraudes.

Essas são propostas que não só caminham para uma UNE menos democrática como também violam o seu Estatuto. O artigo 7º estabelece as regras para as eleições, que constam tanto a proporção de 1 delegado para cada mil estudantes como a realização de eleições com voto em urna. Conforme o Estatuto, essas mudanças não poderiam ser feitas no CONEB e tampouco no CONEG!

Por mais transparência!

A UNE é dos estudantes e os recursos geridos por ela são de interesse de todos. Porém, atualmente apenas a UJS sabe o quanto tem e decide para onde vai o dinheiro da entidade.

Dessa forma, defendemos a criação um site público que atualize semanalmente os gastos feitos pela entidade para que os estudantes e a própria diretoria da UNE possam se debruçar democraticamente sobre as dificuldades e possibilidades financeiras da própria UNE e do CONUNE em si e assim, possam buscar novas soluções e adaptações para a realidade.

RESOLUÇÃO DO CFM ATAÇA DIREITOS DAS PESSOAS TRANS

No início de abril, o Conselho Federal de Medicina publicou a resolução 2.427/2025 que atualiza as normas de atendimento para pessoas trans.

Disfarçada de cautela médica, a medida se constitui em mais um ataque descarado à população trans e ao futuro de sua juventude, limitando seu acesso à saúde, à transição de gênero e à Atenção Básica. Na prática, a decisão não é técnica nem científica, mas apenas mais um braço da política fascista que busca transformar o Brasil em um campo de extermínio da população trans e LGBTQIA+. O CFM mais uma vez se mostra como um aparelho ideológico da extrema direita, fazendo de tudo para tornar a medicina uma máquina de repressão e morte.

A decisão de impedir o bloqueio puberal e de aumentar as idades mínimas para hormonização cruzada e para as cirurgias de afirmação de gênero aparecem sem nenhuma justificativa e em contramão da produção científica sobre o assunto, contrariando as principais diretrizes científicas internacionais e os dados referentes ao adoecimento dessa população frente à desassistência.

Além disso, ao exigir acompanhamento com equipes de especialistas apenas disponíveis em serviços de alta complexidade, a medida limita os locais de realização de transição de gênero. Nega a capacidade de serviços da atenção primária, tocados principalmente por profissionais da Equipe de Saúde da Família e das Equipes Multiprofissionais, de fazer tal atendimento. Ou seja, os locais que a população trans tem acesso a esse tipo de cuidado, que já são poucos, se tornam ainda mais restritos.

A resolução como um todo empurra a população trans para a clandestinidade que, frente à falta de acesso à saúde, enfrentará mais uma violência ao procurar tratamentos hormonais sem acompanhamento de profissionais qualificados (atualmente já temos mais de 80% das pessoas trans acessando hormônios sem o devido acompanhamento médico).

Isso tudo ocorre em um contexto nacional e internacional de acirramento da luta de classes, de ofensiva do fascismo e de ataque à população trans. Recentemente, na Unicamp, em meio à Virada Trascultural, tivemos vários ataques fascistas. No entanto, os ataques não impediram o Movimento Estudantil de efetivar a aprovação histórica das Cotas Trans, uma conquista da greve de 2023, da luta do Ateliê Transmoras e do Núcleo de Consciência Trans.

Está clara a necessidade de nos organizarmos contra esses ataques. Nós do Centro Acadêmico Adolfo Lutz acreditamos que a Universidade deve reforçar que não queremos apenas que a população trans entre na universidade pelas cotas, mas também que todes que estão da porta para fora possam viver com dignidade!

Junto do CAAL, os RDs da Congregação (Analice, Felipe e Sabrina) propuseram na última reunião, em abril, que a FCM escrevesse uma nota pública se posicionando como instituição contra este ataque. A proposta foi aprovada e os professores que trabalham diretamente no atendimento especializado à população trans redigiram uma nota para ser tomada como posicionamento da FCM. No entanto, a proposta só será efetivada se a nota for aprovada na Congregação de maio.

-REDAÇÃO JORNAL PATOLÓGICO

Gagacabana



Gagacabana marcou maio de 2025 no Brasil. No dia 3, Lady Gaga se apresentou na praia de Copacabana para um público estimado de 2,1 milhões de pessoas. A cantora só havia performado uma vez no Brasil, em 2012, na tour de “Born This Way”. Em 2017, seu show no Rock in Rio foi cancelado por questões de saúde, e no pronunciamento a diva proferiu o famoso meme “Brazil, I'm devastated”. Dessa forma, seus fãs brasileiros vinham esperando mais de 12 anos para o reencontro com sua “Mother Monster”.

O evento reuniu fãs da diva pop de todos os cantos do país. De acordo com o estudo realizado pela prefeitura do Rio de Janeiro, cerca de 80% desse público veio de fora do estado. O show fez parte do projeto “Todo Mundo no Rio”, que teve início em maio do ano passado com a apresentação de Madonna, com um público de cerca de 1,6 milhões. A prefeitura pretende continuar com a realização desses megashows até

X: @GAGACABANAGroup

2028. Apesar de serem públicos, ou seja, gratuitos, movimentam muito a economia da cidade pela grande quantidade de turistas, assim é interessante para o governo sua continuidade. Além disso, os shows levam a uma enorme integração cultural, principalmente da comunidade LGBTQIA+. O público relatou que a cantora entregou tudo, com um show completíssimo, rememorando suas diversas eras e que foi uma experiência inesquecível. Assim, ficamos no aguardo de qual será a próxima diva pop que deixará a cidade maravilhosa mais colorida.

-REDAÇÃO JORNAL PATOLÓGICO

Conclave: os paralelos do cinema com a realidade

O filme *Conclave*, baseado na obra homônima de Robert Harris, dirigido por Edward Berger, com brilhante atuação de Ralph Fiennes, concorreu a múltiplos prêmios do cinema, ganhando o Oscar de Melhor Roteiro Adaptado. Recentemente, o longa recebeu maior atenção do público por um triste motivo, o falecimento do Papa Francisco. No dia 22 de abril, um dia após a morte do pontífice, se tornou o conteúdo mais assistido no Prime Vídeo no Brasil.

O Papa Francisco estava com a saúde em estado fragilizado havia 2 anos e faleceu simbolicamente um dia depois do domingo de Páscoa, quando fez sua última aparição pública. Em seu último discurso, Sua Santidade rogou por paz, reforçando como essa é uma possibilidade real em meio a tantos conflitos. Francisco teve uma enorme aprovação até entre os não católicos e ateus, por conta da sua defesa dos direitos humanos e abordagem inclusiva, que tornou a Igreja mais aberta aos assuntos da sociedade. Assim, sua perda teve enorme impacto na população mundial, deixando uma apreensão quanto ao futuro.

Isso explica a grande busca por conhecimento de diversas formas, para tentar diminuir as dúvidas sobre um evento que não acontecia desde de 2013, e é assim que o longa entra em cena. O filme detalha muitos aspectos da Capela Sistina e traz uma imagem sobre esse evento exclusivo, que ajuda a entender de maneira geral o processo e como ele envolve muito mais do que apenas a religião. No roteiro, temos um cenário parecido com o real em que um Papa menos conservador morre e surge o medo do conservadorismo voltar a ocupar um dos cargos mais poderosos do planeta.

Entretanto, diferente do filme, o *Conclave* de 2025 foi bem curto, tendo início no dia 7 de maio, foi tomada a decisão no dia 8. O novo Papa é Leão XIV, de 69 anos, estadunidense, o que pode trazer um desconforto pela atual geopolítica. No entanto, o novo pontífice passou apenas $\frac{1}{3}$ de sua vida nos Estados Unidos e tem em seu histórico o trabalho na América Latina, com aprovação dos peruanos. Ademais, é tido como moderado, parece não ser associado às políticas de Trump e foi dito como o “menos americano

entre os americanos” pelo jornal italiano *La Repubblica*. Dessa forma, foi dado início a um novo papado, alterando uma esfera de poder global e se aguarda os resultados.



Acervo Histórico

O PATOLÓGICO 

**EXAME DO CREMESP
OBRIGATÓRIO?**

Dossiê sobre o Exame do Cremesp - p.4

Questão do Internato - p.7

Calourada - p.8

Greve das Federais - p.10

Aprendiz de Medicina: textos de estudantes e pacientes no aprendizado da profissão - p. 11 e 13

Descubra como foi o Workshop 2012 - p.12

Spasmo! - p.14

Você sabia que a questão dos exames de avaliação dos alunos graduandos em Medicina já existe há bastante tempo?

Em 2025, é o ENAMED o tópico mais recente dessa discussão, mas, em 2012, tornava-se obrigatória a prova aplicada pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp). O Patológico trouxe essa pauta na edição de setembro daquele ano, veja a seguir!

-continua na página 12

EXAME DO CREMESP

Por que ser contra o exame do CREMESP?

O Exame do Cremesp é um instrumento de avaliação externa da formação dos profissionais médicos recém-graduados. Dirigido aos formandos dos cursos de Medicina do Estado de São Paulo, será realizado anualmente e consistirá em teste cognitivo, abrangendo as áreas essenciais da Medicina. A prova será elaborada sob a responsabilidade do Cremesp, que poderá contratar docentes e instituições competentes para a sua execução.

A declaração de comparecimento e de participação e realização do Exame do Cremesp será exigida no momento do pedido de registro médico junto ao Cremesp. Será um documento essencial e obrigatório para o registro. A exigência tem amparo legal: "Os Conselhos Regionais de Medicina poderão exigir dos requerentes outros documentos que sejam julgados necessários para a complementação da inscrição". (Artigo 2º, parágrafo 3º, Decreto 44.045/58, que regulamentou a Lei 3.268/57, Lei dos Conselhos de Medicina).

Mesmo comparecendo e assinando a prova, o participante que não responder às questões não obterá o comprovante necessário e obrigatório para o registro no Cremesp.

A obtenção do registro profissional junto ao Cremesp não está condicionada ao resultado ou aprovação, mas unicamente à participação do recém-formado no Exame do Cremesp. O mau

desempenho ou eventual reprovação não serão impeditivos para o registro, que é um direito legalmente estabelecido de todos os médicos portadores de diploma de graduação.

Por força de lei, o Cremesp não tem como instituir um Exame cuja aprovação esteja condicionada ao registro profissional, a exemplo do Exame de Ordem da OAB. O Cremesp apoia projeto de Lei que institui o "Exame Nacional de Proficiência em Medicina como requisito para o exercício legal da Medicina no país"

No último dia 24 de julho entrou em vigor nova resolução do Cremesp que institui a obrigatoriedade de exame para ingressantes na profissão. Não é competência direta do Cremesp a avaliação das escolas médicas, no entanto nos últimos 7 anos essa avaliação foi aplicada.

O principal argumento do conselho sempre foi o crescente número de denúncias a médicos e a abertura indiscriminada de escolas de medicina sem qualidade comprovada. Agora usam como argumento sua experiência na aplicação das provas e o fato de aproximadamente 50% dos candidatos ter sido reprovado nos últimos anos para definir a obrigatoriedade do exame.

Sabemos que a saúde no país passa por uma série de problemas e que esses problemas vão muito além da qualidade dos médicos for-

mados. Por isso não podemos aceitar esse tipo de ação do conselho regional. Seguem abaixo dez motivos para dizer não ao exame.

1 O exame como proposto abre espaço para a criação de um Exame de Ordem (para o qual já existe projeto de lei no Senado com apoio do Cremesp), que a exemplo do Direito cumpriria o papel de reserva de mercado, ou seja, os médicos em atuação conseguiriam restringir o número de novos médicos no mercado.

2 O exame pune o egresso. Apesar de se queixar do aumento de escolas médicas, o Cremesp não atua nessa direção. Ao fazer um exame de egressos não há mais a necessidade de se preocupar com a qualidade das faculdades. Teoricamente os maus profissionais não poderão atuar. No Direito isso estimulou ainda mais a abertura de cursos e com qualidade duvidosa.

3 O exame responde a queixa por saúde culpabilizando apenas o profissional. Será que é apenas o profissional médico responsável pelas mazelas da saúde do país? O problema da saúde não pode também estar relacionado a falta de estrutura, carga horária excessiva e condições inadequadas de trabalho?

4 A obrigatoriedade do Exame de Ordem criaria uma nova categoria profissional: o bacharel em medicina, que acabaria tendo seu trabalho explorado por menores salários, como acontece no direito.

5 Uma prova pontual ao fim do curso não é capaz de avaliar toda uma trajetória de estudos.

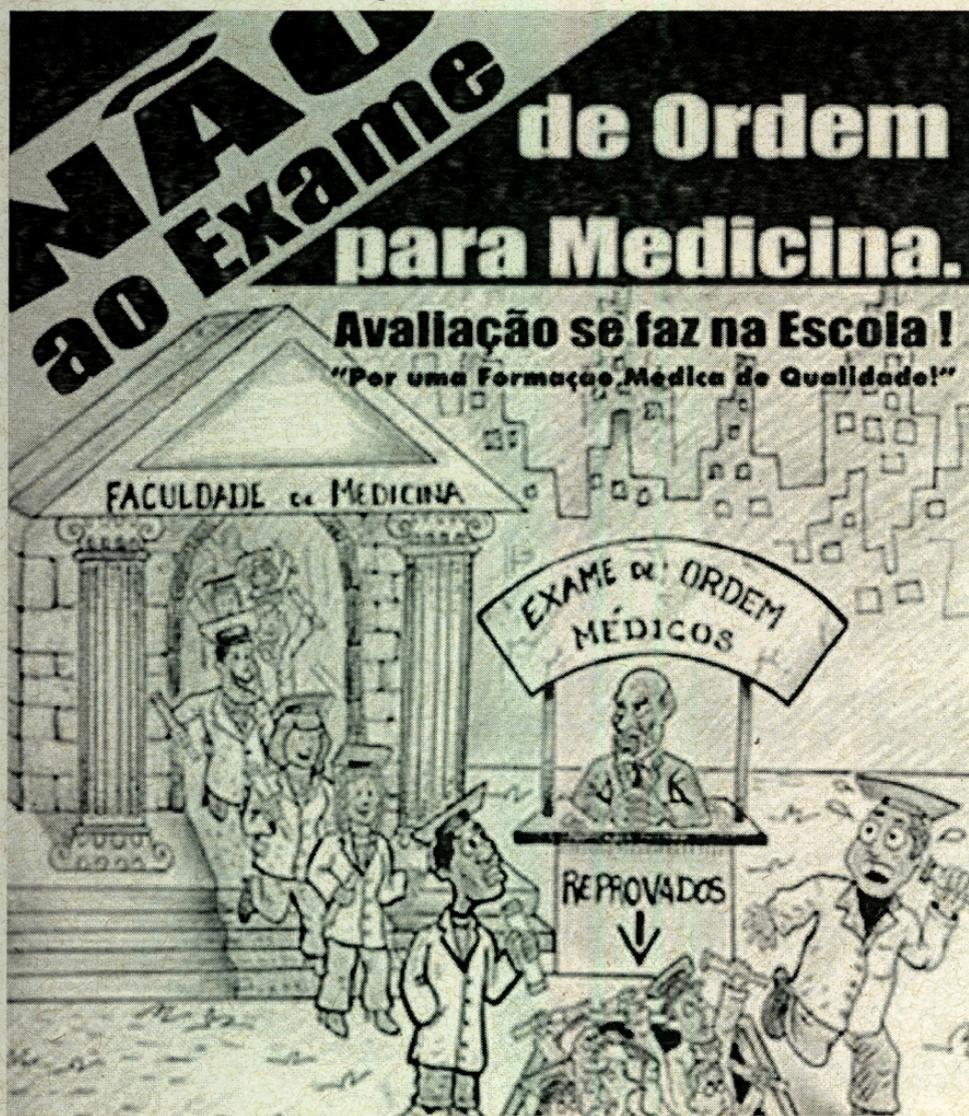
6 Uma prova essencialmente teórica não é capaz de avaliar uma profissão que deve ter atributos práticos e de relação.

7 A divulgação dos resultados das escolas torna possível o ranqueamento das faculdades. Instituições sem comprometimento com o ensino de qualidade podem se aproveitar do exame como modelo de propaganda e treinar seus estudantes especificamente para a prova sem investir no ensino.

8 Apesar de tentativas de negociação e de outras propostas de avaliação do ensino médico levantadas pelos estudantes e pela Associação Brasileira de Educação Médica, o Cremesp de maneira autoritária aprovou já para esse ano a prova obrigatória.

9 O exame não prevê a avaliação dos médicos em atuação. Estudos realizados no Brasil mostram que a maior parte dos médicos processados possuem mais de 10 anos de experiência, com idade média em torno dos 40 anos." Fonte: "ERRO MÉDICO NO BRASIL: ANÁLISE DE PROCESSOS ÉTICO-PROFISSIONAIS JULGADOS NO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA NO PERÍODO DE 1988 A 1998"

10 Não compete ao Cremesp a avaliação das instituições de ensino no nosso país.



SAIU NA MÍDIA

Paliativo Médico

Folha de São Paulo, quinta-feira, 26 de julho de 2012. O declínio do ensino de medicina no Brasil não se resolverá com meias medidas. Nem, muito menos, com medidas erradas como a criação de 2.500 vagas anunciada em junho pelo governo federal, que já não consegue garantir a qualidade dos cursos existentes.

É só medianamente auspiciosa, dessa forma, a decisão do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp) de tornar obrigatório seu exame para formandos a partir deste ano, conforme noticiou o jornal "O Estado de S. Paulo".

Essa prova, realizada desde 2005 de maneira opcional, obtém participação de apenas 15% dos estudantes de último ano. Mas já bastou para traçar um quadro pavoroso: quase a metade (46,7%) deles se forma sem conhecimentos suficientes para exercer a profissão.

A nova obrigatoriedade não influenciará de imediato, infelizmente, a qualificação dos novos médicos. Mesmo que tenham péssimas notas, poderão clinicar, pois só se exigirá deles, para obter o registro (CRM), que compareçam e preencham a folha de respostas para as 120 questões de múltipla escolha.

Pretende-se que a avaliação, encorpada por abranger a totalidade dos formandos paulistas, forneça um diagnóstico mais preciso sobre cada curso no Estado. Não sendo obrigatória, até aqui ela era boicotada por algumas das melhores escolas, como USP e Unicamp.

Tornar público o desempenho de cada faculdade decerto contribuirá para que se empenhem mais em melhorar o ensino. Mas tal processo é lento, sobretudo quando o governo federal se mostra relutante em punir os cursos com deficiências gritantes apontadas em outra prova, o Enade.

Diante da precariedade da formação de alguns médicos, e se os valores maiores a proteger aqui são a segurança e a saúde dos pacientes, o correto seria não só adotar uma prova obrigatória como condicionar a concessão do registro a um desempenho mínimo (melhor ainda se o exame incluisse provas práticas, a exemplo do que se exige atualmente para ingresso nos programas de residência médica). Tramita no Senado há oito anos o projeto de lei nº 217, que cria exatamente isso; o Exame Nacional de Proficiência em Medicina. Passou da hora de o Congresso aprová-lo.

Exame de Ordem e Recertificação

De acordo com Paulo Cesar Geraldês, o CREMERJ (Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro) vem combatendo, nesses últimos 20 meses, a oficialização de exames de habilitação na área médica, a exemplo do da OAB, sob alegação de melhorar a qualificação do médico.

Ao invés de Exame de Ordem, nós pro-

Resposta de um estudante do sexto ano da Unicamp

Prezada Folha

Muito me angustia ver a questão da Educação Médica ser tratada de forma reducionista e maniqueísta como vejo reiteradas vezes pela mídia impressa e televisiva deste país. Tratada de forma paliativa, portanto, tendo no Exame do CREMESP a transfiguração da panacéia para a erradicação da má-formação de médicos no estado.

Como estudante do último ano do curso médico de uma universidade respeitada deste país venho me posicionar contra a última descoberta miraculosa das últimas semanas: uma prova pontual, reducionista e punitiva como ferramenta para a melhoria da Educação Médica deste estado brasileiro que se julga de vanguarda na esfera de discussões profundas e engajadas.

Como acadêmico do curso médico sou favorável à avaliações como parte integrante do processo ensino-aprendizagem. Não vejo em uma prova única que, historicamente, tem uma baixa adesão e recebeu boicotes constantes de instituições que observam a profundidade deste tema, como um sinalizador de que apostar em uma prova finalista e potencialmente ranqueadora não é uma opção que irá, além de um diagnóstico sugestivo, implementar práticas de melhoria substancial à Educação Médica e a assistência à população.

Discordo do exposto em "Paliativo Médico", no quesito que indica que se pode basear em dados referentes a apenas 15% dos egressos extrapolados exageradas a cerca dos déficits educacionais na área médica. Não nego a existência de deficiências, que são mais ou menos profundas em cada

instituição de ensino. Mas o que dizer dos médicos nos rincões deste país que não participam de processos de educação continuada e capacitação deste país?

Contudo não é numa prova deglutida às pressas, à surdina da participação discente, magicamente e unanimemente tida como ferramenta de caráter obrigatório que, ao meu ver, hipermélope talvez, se deva acreditar que se problematizará a questão. Vejo nesta obrigatoriedade uma vontade afoita e sedenta por dados em busca de extrapolações que balizarão num destino não tão afastado a imposição obrigatória de um exame de certificação obrigatório, e por conseguinte, de mais um filão do mercado - um novo método de ensino preparatório para exames específicos, vulgo os "aclamados cursinhos".

Concluo dizendo que a discussão sobre a Educação Médica deve sair dos muros universitários, mas de maneira crítica e menos sensacionalista. A opinião da população sobre o "médico que desejamos formar" é essencial. Mas este ambiente de debate não é encistado num solo repressivo, punitivo como de uma prova de múltipla escolha. Recuso-me a crer em avanços sérios na discussão de uma Educação Médica socialmente referenciada alicerçada na fragilidade de 4 ou 5 opções a serem assinaladas, pouco representativas de um montante de 6 anos mínimos de estudo, constituído por atividades essencialmente prático-teóricas em caráter integral!

Não vejo meias soluções para problemas complexos. Avaliações continuadas, provas práticas, entrevistas com usuários do SUS atendidos em hospitais escolas, avaliação entre pares, avaliações externas (desde que envolvidas em profundidade e com propósitos claros frente aos resultados obtidos) são bem-vindas à saúde da Educação Médica.

Pois, do contrário, não teremos um paliativo médico, mas o suicídio, "a doença da morte" des iniciativas que realmente dedicam à Educação (não só médica) um status de emancipação cidadã desses futuros profissionais. Do contrário, a posologia insossa e torpe do corporativismo falará mais alto.

Fabrizio Donizete da Costa (Bambu) - 45
Acadêmico do último ano do curso médico pela
Universidade Estadual de Campinas

recertificação.

Por sua vez, o registro de médico do trabalho deve ser facultado aos médicos que tenham feito curso de especialização com carga horária de 300 horas. Apenas os registros concedidos, através da AMB e das sociedades especialidades, após data pré-estabelecida, poderiam ser revalidados - acrescenta.

Publicado no Jornal do CREMERJ em agosto de 2012.

pusemos o fechamento das escolas médicas de má qualidade; o incremento da residência médica para aproveitamento de todos os recém-formados; educação continuada permanente e acessível para os médicos; salários compatíveis com a responsabilidade e a importância dos atos médicos e condições dignas de trabalho.

Quanto à recertificação do título de especialista, pretendida pelo CFM, Geraldês diz que CREMERJ tem se posicionando, defendendo que os residentes, que são especialistas por lei, não precisam se submeter à

EXAME DO CREMESP

O que podemos fazer a respeito?

Com a participação de cerca de 100 estudantes, inclusive da PUC-Campinas, foi realizada no último dia 23 de agosto, no anfiteatro 1 da FCM, uma Mesa para debater o Exame do CREMESP (Conselho Regional de Medicina de São Paulo). Nesse ano pela primeira vez a avaliação será obrigatória, mas por questões legais o CREMESP não pode exigir dos egressos uma nota mínima para aprovação, já que isso constituiria um exame de ordem. A legitimação da exigência da participação na prova para obtenção do CRM em São Paulo se dá devido a uma brecha na lei de regulação dos conselhos regionais de medicina, que prevê a exigência de "outros documentos quaisquer" para inscrição no CRM. Entretanto, o CREMESP assume o apoio a projetos de leis federais para a implementação da prova como seleção dos candidatos aptos a exercerem a medicina, ou seja, que alcancem determinada nota pré-estabelecida, o que caracterizaria um exame de ordem em moldes quase idênticos ao da OAB.

Foram convidados para a mesa: o estudante da quadragésima sexta turma, Marcelo Lopes, a professora da Pediatria, Angelica Mariã Bicudo Zeferino, o representante do CREMESP, Reinaldo Ayer e o estudante de medicina da Unifesp e representante da

DENEM (Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina), Klaus Nunes Fischer.

O espaço começou com apresentações sobre os tipos de avaliações médicas existentes assim como suas limitações, e após o coffee-break prosseguiu com as falas de Reinaldo e Klaus e uma acalorada rodada de perguntas. Muitas questões importantes foram abordadas como o destino dos egressos que não conseguirem nota suficiente no exame; de que forma a prova pode interferir na melhora dos cursos de medicina e barrar a abertura indiscriminada de escolas médicas; qual a real eficácia da avaliação em barrar médicos mal formados.

Constitui passo importante na construção do posicionamento dos estudantes debatermos entre nós essa questão e analisar com cuidado a proposta dada e seu real impacto social, já que a população é a maior beneficiada de médicos bem formados e bem avaliados. A baixa adesão e os boicotes de instituições importantes nos últimos anos já são sinais de que uma prova essencialmente teórica e muito provavelmente ranqueadora não conseguirá interferir na melhora da Educação Médica. As chances são grandes de haver apenas mais um cursinho preparatório em nossas vidas cujo compromisso único é ensinar a fazer prova.

Afinando a conversa

A fim de manter as condições de trabalho e de assistência à saúde como estão, é necessário eleger como determinante dos problemas de saúde algo que não coloque em xeque tal organização do sistema de saúde. O responsável pelos erros médicos não são a falta de boas condições de trabalho, a falta de formação continuada dos profissionais, a extensa jornada de trabalho como demonstram os estudos (vide referências). Como estamos acostumados a ouvir, desde que somos ainda crianças, é que o problema é individual, o problema é de cada um. A culpa do estudante que vai mal na escola é dele que não estudou o



suficiente. Não há interferência dos professores que não têm estímulo para dar uma boa aula; da escola que não tem biblioteca decente; do conteúdo que não faz o menor sentido para os alunos; das condições de acesso diferenciado dos alunos.

Neste contexto, inserem-se os conselhos regulamentadores, que reproduzem a lógica de culpabilização dos indivíduos. Regulamentam a profissão, exigindo dos trabalhadores que tenham posturas determinadas, sem levar em consideração as condições reais a que estes trabalhadores estão submetidos. Somos ensinados, por exemplo, a ser simpáticos, fechar a porta para fazer os atendimentos. Mas como atuar desta maneira sendo cobrados por produtividade, para diminuir o tempo de espera dos atendimentos, em locais em que as portas mal fecham? Ou como prestar assistência adequada se não temos nem medicamentos adequados onde trabalhamos ou se o paciente não terá acesso a eles? E se questionamos as condições do local de trabalho, o Código de Ética Médica nos diz:

"É direito do médico recusar-se a exercer sua profissão em instituição pública ou privada onde as condições de trabalho não sejam dignas ou possam

prejudicar a própria saúde ou a do paciente, bem como a dos demais profissionais. Nesse caso, comunicará imediatamente sua decisão à Comissão de Ética e ao Conselho Regional de Medicina."

– Alô, Cremesp? Vem dar uma olhadã nos ambulatórios, enfermarias e

UBS's de estágio da minha faculdade!

Segundo Elson Moura¹⁴, regulamentar uma profissão é criar um conjunto de normas, sustentadas em uma lei, que determinam as características que identificam uma profissão, suas funções e atribuições, bem como o que as diferencia das demais. Cumpre também o papel de reservar mercado para os profissionais devidamente registrados. Encobrem, assim, a crescente desregulamentação do trabalho expressa em sua

intensa precarização. Códigos de ética, inscrição obrigatória e anual para atuação, fiscalização com caráter punitivo do exercício da profissão, entre outras, são as formas aparentes de um conselho que se propõe a regulamentar uma profissão e não o trabalho. Exame de certificação é apenas mais uma expressão disso, com todas as limitações já expostas na Cartilha da DENEM sobre o assunto.

Entendemos a luta pela regulamentação do trabalho, pela retomada das conquistas retiradas da classe trabalhadora, por novas conquistas, pelo direito ao trabalho,

pelo direito ao acesso aos produtos finais da produção como algo fundamental e que vai além das categorias profissionais. Essas conquistas só podem ser consolidadas, no entanto, em um momento e que a sociedade se organize de uma outra forma para produzir sua própria existência. Uma organização social em que o trabalho seja emancipador, e não meio de vida; em que não seja possível a exploração do homem pelo homem.

Texto composto pela Gestão Outras Frequências e pelo Coletivo Outros Outubros Virão

Referências

1. Erros médicos em pacientes hospitalizados – Manoel de Carvalho, Alan A. Vieira. *Jornal de Pediatria*, 2002.
2. Análise do erro médico em processos ético-profissionais: Implicações na educação médica – Almir Galvão Vieira Bitencourt. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 2007.
3. Erro médico no Brasil: Análise de processos ético-profissionais julgados no conselho federal de medicina no período de 1988 a 1998 – Deila

CONFIRA A COLEÇÃO COMPLETA DAS EDIÇÕES PASSADAS:



<https://www.bibliotecadigital.unicamp.br/bd/index.php/faculdade-de-ciencias-medicas-fcm/?info=%23&id=701&nome=&pagina=1&submit=Pesquisar>

CONTRIBUA COM O JORNAL!

Quer ver sua matéria aqui no jornal? Tem alguma sugestão de tema que gostaria de ver por aqui? Entre em contato pelo Instagram do CAAL ou envie seu texto para o forms pelo QR Code:



link: <https://forms.gle/HQPHnE3dRX9EfzGG9>

REDAÇÃO

Angélica Guimarães - LXII
Felipe Dias - LIX
Itaquera - LXI
João Victor (Brazza) - LXII
Rafaella Adorno - LXII

